

ALVARÁ

25. 10. 1762



U ELREI. Faço saber aos que este Alvará de declaração, e ampliação virem: Que attendendo a me representar a Junta da Administração da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, que não obstante as providencias com que até o presente se tem procurado obviar as fraudes, travessias, e contrabandos prejudiciaes ao Com-

mercio exclusivo, que fui servido conceder á mesma Companhia pelo Paragrafo vinte e dous da sua Instituição; para que nenhuma pessoa possa mandar, ou levar ás Capitanias do Graõ Pará, e Maranhão, nem dellas extrahir mercadorias, generos, ou frutos alguns, mais do que a mesma Companhia; se tem obstinado alguns particulares em commetter os referidos contrabandos, como se tem experimentado neste Reino em varias tomadias, que pela Casa da India se fizeraõ nos annos proximos passados, e proximamente em huma, que se fez de grande numero de saccas de Cacão, que foraõ achadas em huma das Tercenas, sitas na Praia adjacente ás Freguezias de Santos: Que o mesmo descaminho tem achado os Administradores da Companhia naquelle Estado, fazendo-se-lhe manifesto pelas avultadas remessas que delle vem: E querendo evitar a continuação de semelhantes fraudes: Determino, que os Juizes Conservadores da mesma Companhia nesta Cidade de Lisboa, e nas de Belem do Graõ Pará, e de S. Luiz do Maranhão, gozando da mesma jurisdicção, que compete ao Conservador da Junta do Commercio pelo Capitulo dezefete dos seus Estatutos, e pelos Alvarás de vinte e seis de Outubro, e quatorze de Novembro de mil setecentos e cincoenta e sete, que o declaráraõ, e ampliáraõ, pratiquem em tudo o que forem applicaveis as mesmas Providencias, que

que se contém nos referidos Estatutos, e Alvarás: Devassando, e tendo huma Devassa sempre, e continuamente aberta dos Contrabandos, e Travessias, que se fizerem contra a Companhia: E procedendo contra os que os commetterem, nos termos summarios, e de plano, com as penas de perdimento dos generos, e mercadorias, que lhes forem apprehendidas, e de outro tanto, quanto importar o valor dellas; ametade a favor dos denunciantes, em premio do seu zelo; e a outra ametade a favor da mesma Companhia em compensação dos prejuizos, que lhe rezultaõ dos referidos Contrabandos, e Travessias; praticando-se a este respeito com a mesma Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão o mesmo que fui servido determinar a favor da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Paragrafo vinte e quatro da sua Instituição. Determino outro fim, que os generos, e mercadorias apprehendidas por quaesquer Guardas, e Officiaes, que sejaõ, seraõ sempre vendidas neste Reino pela Junta da Administração da mesma Companhia: e no Estado do Graõ Pará, e Maranhão pelos Administradores da dita Companhia; ficando estes, e a sobredita Junta obrigada a pagar á Minha Real Fazenda os direitos devidos nas respectivas Alfandegas, e Casa de Despacho; e aos Denunciantes a ametade do liquido da venda dos generos, e mercadorias apprehendidas, e da sua importancia, no caso em que a cheguem a cobrar pelas execuções, que se fizerem aos culpados nos ditos Contrabandos.

E este se cumprirá como nelle se contém. Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, e Officiaes dellas, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumpraõ, e guardem, e o façaõ cumprir, e guardar taõ inteiramente como nelle se contém, sem
em-

embargo de quaesquer Leis, ou costumes contrarios, que todas, e todos Hei por derogados para este effeito sómente, ficando aliás em seu vigor: E ao Doutor Manoel Gomes de Carvalho, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór destes Reinos mando, que o faça publicar na Chancellaria, e que delle se remettao copias a todos os Tribunaes: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumao registrar similhantes Alvarás: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a vinte e cinco de Outubro de mil setecentos sessenta e dous.

REY.

Conde de Oeyras.

Alvará, por que Vossa Magestade ha por bem conceder aos Conservadores da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão, a mesma jurisdicção de que goza o Conservador da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios para se evitarem mais efficazmente os Contrabandos, que se fazem á dita Companhia: Determinando, que o producto das tomadias que se fizerem se applique ametade a favor dos Denunciantes, e a outra ametade a favor da mesma Companhia: Tudo na forma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Re-

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no livro 1. da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão a fol. 164. vers. Nossa Senhora da Ajuda a 3 de Novembro de 1762.

Joaquim José Borralho.

Manoel Gomes de Carvalho.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 6 de Novembro de 1762.

Dom Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no livro das Leis a fol. 214. Lisboa, 6 de Novembro de 1762.

Antonio José de Moura.

Joaquim José Borralho o fez.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

